



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1. Analise a situação hipotética abaixo descrita e marque a alternativa CORRETA:**

O Governador de determinado Estado-membro, diante da situação financeira difícil que o ente federado vem enfrentando, resolveu editar regulamento, com caráter normativo, endereçado aos funcionários públicos estaduais, modificando, temporariamente (durante seis meses), a data prevista para pagamento da remuneração mensal, transferindo-a do quinto dia útil para o dia 25 de cada mês. O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública com a finalidade de atacar o ato normativo em questão, de maneira que permaneça preservada a previsão legal de vencimento para pagamento dos salários. Em razão da destinação ampla do ato, e da existência de empresas públicas e sociedades de economia mista no Estado, o MPT fez uso da ACP delimitando seu alcance aos empregados públicos. Diante disso, tem-se que:

- a) Não é cabível ação civil pública porque, em se tratando de ato normativo estadual, a alegação de inconstitucionalidade por violação da competência legislativa privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho deve ser articulada em sede de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.
- b) Não é cabível ação civil pública porque, em se tratando de ato normativo estadual, a alegação de inconstitucionalidade por violação da competência legislativa privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho deve ser articulada em sede de ação direta de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça do Estado ou no Supremo Tribunal Federal, sendo que o ajuizamento da segunda (no STF) suspende eventual trâmite iniciado da primeira (TJ).
- c) É cabível ação civil pública para atacar a validade do regulamento, ainda que sob o argumento da sua inconstitucionalidade, porquanto se trata de ato normativo de efeito concreto e, portanto, não equivale à lei em sentido formal e material.
- d) Em havendo conflito de atribuições entre o Ministério Público Estadual e o Ministério Público do Trabalho, a competência para dirimi-lo é do Supremo Tribunal Federal.
- e) É cabível tanto ação civil pública para, através do controle difuso de constitucionalidade, controlar os efeitos nulos do regulamento, como ação direta de inconstitucionalidade, esta a ser proposta pelos legitimados constitucionais, acaso se pretenda conferir eficácia contra todos e efeito vinculante à decisão.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**2. Considerando a disciplina constitucional, aliada à interpretação conferida ao tema pelo Supremo Tribunal Federal, sobre execução contra a Fazenda Pública, analise as assertivas abaixo, e após marque a alternativa CORRETA:**

I - Os débitos de natureza alimentar, que não se enquadrem no conceito jurídico de “pequeno valor”, não dispensam a expedição de precatório, uma vez que a exceção traçada na Constituição limita-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

II - Nos termos da Emenda Constitucional nº 37 de 2002, não mais subsiste a figura do precatório complementar, ainda que fundado em substituição, por força de lei, de índice de correção aplicável, ou em erro material.

III - É constitucional Resolução Administrativa de Tribunal Regional do Trabalho que preveja a aplicação do procedimento inserido na Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001), conferindo ao Presidente da Corte a competência para proceder à requisição de pequeno valor em desfavor da União, para satisfação em 60 dias, com posterior seqüestro da quantia em caso de descumprimento da ordem.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

**3. Assinale a alternativa CORRETA:**

I - O mandado de segurança exige direito líquido e certo. Considerando que o direito sempre é líquido e certo, a conclusão que emerge do texto constitucional é que a certeza não se refere ao direito, mas ao fato, razão pela qual deve o impetrante apresentar, de plano, prova do fato que autoriza a aplicação do direito na forma pretendida, autorizado o pedido de exibição de documentos em poder da autoridade coatora.

II - Em mandado de segurança, somente cabe remessa *ex officio* se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa.

III - A ação de mandado de segurança não se sujeita às regras sobre alçada.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**4. Assinale a alternativa CORRETA:**

I - A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.

II - O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados e também por qualquer partido político com representação no Congresso Nacional;

III - É constitucional a lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.

- a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

**5. Marque a alternativa CORRETA:**

No que concerne ao direito de greve dos servidores públicos civis:

- a) pode ser amplamente exercido porque a norma do inciso VII do art. 37 da Constituição Federal é de eficácia plena.
- b) a definição de seus limites depende da edição de lei complementar.
- c) se sujeita a disposições da Lei nº 7.783/89 enquanto perdurar a omissão do Congresso Nacional.
- d) não se aplicam preceitos da Lei nº 7.783/89 porque nesta são estabelecidos marcos regulatórios específicos do setor privado.
- e) os serviços e atividades considerados essenciais são exclusivamente aqueles previstos na Lei nº 7.783/89.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**6. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

Constituem exceções ao princípio da separação dos poderes:

I - a investidura de Deputado no cargo de Secretário de Estado.

II - a chefia, pelo Senador, de missão diplomática temporária.

III - a convocação de Ministro de Estado por Comissão de qualquer das casas do Congresso Nacional.

IV - a edição de leis delegadas pelo Presidente da República

- a) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são falsos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

**7. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

A Medida Provisória:

I - pode dispor sobre seqüestro de ativo financeiro.

II - perde eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 dias, prorrogável por mais 30 dias.

III - entra em regime de urgência se não for apreciada em até 45 dias contados de sua publicação.

IV - é apreciada, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

V - pode ser reeditada na mesma sessão legislativa desde que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo.

- a) V, V, V, F, V.
- b) F, F, V, F, V.
- c) F, F, V, V, F.
- d) V, F, V, F, V.
- e) F, V, V, V, V.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**8. Leia as afirmações abaixo sobre a ordem econômica e depois escolha a alternativa CORRETA:**

A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade.

II - livre concorrência, defesa do consumidor.

III - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

IV - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

- a) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
- b) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
- c) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- d) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- e) Todos os itens estão corretos.

**9. Assinale a alternativa CORRETA:**

I - A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.

II - O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

III - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre procedimentos em matéria processual e previdência social.

IV - É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

- a) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**10. Leia as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

No que diz respeito à proteção da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, o direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, salvo na condição de aprendiz.

II - garantia de direitos previdenciários e trabalhistas.

III - garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV - garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.

## **DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

## **DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

**11. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica urbana, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos.

II - É defeso às empresas de prestação de serviço temporário a contratação de estrangeiros.

III - O funcionamento da empresa de trabalho temporário dependerá de registro no Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

- a) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**12. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

A contratação de trabalhador rural por pequeno prazo:

I - somente poderá ser realizada por produtor rural pessoa física que explore diretamente atividade agro-econômica.

II - não necessita anotação na CTPS.

III - converte-se em contrato de trabalho por tempo indeterminado na hipótese de superar três meses dentro do período de um ano.

IV - assegura ao trabalhador assim contratado remuneração equivalente à do trabalhador rural permanente.

- a) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- b) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II e III são falsos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

**13. Marque a alternativa CORRETA:**

O sindicato adquire personalidade sindical:

a) a partir da data de publicação do ato administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego que concede o respectivo registro.

b) a partir da data de realização da assembléia geral que aprova os seus atos constitutivos.

c) a partir da data do registro do estatuto social da entidade no cartório de pessoas jurídicas.

d) a partir da data em que celebra o primeiro acordo ou convenção coletiva de trabalho.

e) a partir da data em que, após constituído e mesmo sem registro em cartório, assume a representatividade da categoria em negociação coletiva.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**14. Marque a alternativa CORRETA:**

A convenção coletiva de trabalho, na perspectiva do entendimento jurisprudencial dominante no momento:

- a) as suas cláusulas não se revestem de efeitos ultrativos.
- b) as condições benéficas incorporam-se definitivamente aos contratos de trabalho em curso no período de sua vigência, não podendo ser suprimidas.
- c) as cláusulas benéficas, por traduzirem conquistas da categoria e em face do princípio da isonomia, estendem-se inclusive aos empregados admitidos depois de expirado o prazo de vigência do respectivo instrumento.
- d) ocorrendo o termo final estipulado, as cláusulas pactuadas passam a integrar os contratos de trabalho apenas enquanto não modificadas por normas coletivas posteriores.
- e) pode contemplar, lícitamente, em razão do princípio da autonomia privada coletiva, dispositivo prevendo a supressão do intervalo legal intrajornada.

**15. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

O empregado eleito para exercer o cargo de diretor, conforme o entendimento jurisprudencial sedimentado:

- I - Tem o seu contrato de trabalho suspenso.
- II - Tem o seu contrato de trabalho interrompido.
- III - O tempo de exercício do cargo não é computado no tempo de serviço.
- IV - Somente em permanecendo a subordinação, conta-se, para efeito de tempo de serviço, o período em que o exercer.
- V - O contrato de trabalho continua em plena execução e produzindo todos os seus efeitos.

- a) V, F, F, V, F.
- b) F, V, V, F, F.
- c) V, F, V, F, F.
- d) F, F, F, F, V.
- e) V, F, V, V, F.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**16. Leia o caso hipotético, analise as afirmações seguintes e marque a alternativa CORRETA:**

Luiz Tadeu, portador assintomático do vírus HIV, é trabalhador desempregado que se candidatou a uma vaga de cozinheiro numa famosa rede de hotéis. Após rigoroso processo de seleção, a empresa escolheu dois candidatos com perfil para o preenchimento da única vaga existente, entre eles Luiz Tadeu. Ultrapassada essa fase, foi solicitado dos candidatos que se submetessem ao exame clínico com o médico da empresa. Luiz Tadeu, ao ser examinado, disse ao médico ser portador do vírus HIV. O médico comunicou o fato à empresa, que prontamente contratou o outro candidato.

I – Não existe no ordenamento jurídico brasileiro lei específica que proteja Luiz Tadeu de ato discriminatório, por ser portador do vírus HIV, no ato da contratação.

II – Luiz Tadeu, na condição de portador assintomático do vírus HIV, goza de aptidão para o trabalho, logo a intervenção da empresa neste caso é desproporcional à finalidade do exame médico admissional.

III – Pelas regras do Conselho Federal de Medicina do Brasil, em consonância com as normas internacionais, o médico está proibido de revelar à empresa o diagnóstico de Luiz Tadeu.

IV – Luiz Tadeu, embora portador assintomático do vírus HIV, está protegido por direitos fundamentais, a saber, o direito ao trabalho, o direito a não ser discriminado e o direito à preservação da intimidade.

- a) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
- b) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
- c) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- d) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- e) Todos os itens são verdadeiros.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**17. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

No que se refere ao FGTS podemos afirmar que:

I - o FGTS tem natureza de parcela voluntária com relação a um único tipo de empregado, o doméstico. Por outro lado, tem natureza de parcela imperativa em relação ao trabalhador avulso que não tem vínculo empregatício.

II - os depósitos do FGTS poderão ser sacados pelo trabalhador, ainda na vigência do contrato de trabalho, nos seguintes casos: quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna; para aplicação em quotas de Fundos Mútuos de Privatização; quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 70 anos; quando houver necessidade pessoal, cuja urgência e gravidade decorra de desastre natural.

III - o trabalhador que alegar justa causa cometida pelo empregador para a rescisão do contrato poderá sacar o FGTS depositado ainda que o provimento jurisdicional não reconheça a falta cometida pelo empregador.

IV - no caso de extinção de contratos a prazo em seu termo final prefixado, ou de extinção contratual em virtude de aposentadoria voluntária, o saque do Fundo é autorizado pela ordem jurídica, com os acréscimos rescisórios devidos.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

**18. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - Em se tratando de horas extras pré-contratadas, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas.

II - Não se aplica a prescrição nas ações declaratórias, bem como nos pedidos relacionados ao FGTS.

III - A submissão de demanda trabalhista à Comissão de Conciliação Prévia ou Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista provoca a suspensão do prazo Prescritivo, nos limites do art. 625-G da CLT.

IV - Na seara trabalhista a prescrição se interrompe pelo protesto judicial, entretanto, é necessário que o protesto ou congêneres enuncie as parcelas sobre as quais se quer a interrupção da prescrição, uma vez que não é cabível interrupção genérica e imprecisa.

- a) V, V, V, F.
- b) F, V, F, F.
- c) V, V, F, F.
- d) V, F, V, V.
- e) F, F, V, V.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**19. Leia o caso hipotético e analise as afirmações seguintes, assinalando a alternativa CORRETA:**

Marina trabalhou para determinada empresa por cinco anos. Durante a vigência do pacto laboral cumpriu com seus deveres e nunca faltou ao trabalho. Marina passou a trabalhar em condições insalubres juntamente com a colega Joana. Fornecidos pela empresa os Equipamentos de Proteção Individual necessários à execução do serviço, eles não eram utilizados de forma adequada por Marina e Joana, razão pela qual foram advertidas e em seguida suspensas de suas atividades, isso sessenta dias depois da ocorrência dos fatos. No dia seguinte ao retorno do cumprimento da suspensão, sem que ocorresse nenhum outro fato, foi dispensada por justa causa. Joana continuou trabalhando para a empresa

I – A ausência de utilização do EPI não caracteriza justa causa, uma vez que este fato não está previsto no art. 482 da CLT.

II – Marina não poderia ser dispensada por justa causa, uma vez que já havia sido suspensa pela ausência de utilização dos EPI's, o que caracteriza *bis in idem*.

III – Marina e Joana cometeram a mesma falta e tiveram tratamento desigual, restando evidente a discriminação pela empresa em relação à Marina, uma vez que o contrato de Joana não foi resolvido.

IV – Não houve imediatidade da punição o que afasta a possibilidade de aplicação da justa causa.

- a) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
- b) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
- c) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**20. Leia o caso hipotético e analise as afirmações seguintes, à luz da lei e da doutrina dominante, assinalando a alternativa CORRETA:**

Camila é uma jovem diplomada em Ciências Políticas e acaba de ingressar em uma grande empresa pública sob as ordens de Odilon, um colega mais velho e praticamente autodidata, que recebeu a incumbência de instruí-la. No começo, ele não lhe passa nenhuma informação sobre os relatórios e a organização interna do serviço, obrigando-a a descobrir tudo sozinha. Apesar disso, Odilon critica sistematicamente Camila sem, contudo, indicar o modo correto de execução das tarefas. Quando Camila faz alguma pergunta, Odilon se esquivava, muda de assunto ou então a ridiculariza: “Não vale a pena cursar Ciências Políticas e não saber nada. Tenho que ensinar tudo a você. O que foi que você aprendeu na faculdade?” Camila perde a autoconfiança, passa a dar razão a Odilon, torna-se submissa e, com medo, passa a pedir a sua opinião sobre tudo o que vai fazer. Mesmo assim, Odilon continua a fazer observações insultuosas a Camila, até que ela adocece.

I – Camila foi vítima de “mobbing”, comportamento que consiste em manobras hostis frequentes e repetidas no local de trabalho, visando sistematicamente a mesma pessoa.

II – Camila foi vítima de assédio moral vertical descendente.

III – A doença adquirida por Camila pode ser considerada doença profissional.

IV – Diante da conduta de Odilon, o contrato de trabalho de Camila pode ser rescindido indiretamente, sem prejuízo do direito ao pagamento de indenização por assédio moral.

- a) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- b) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
- c) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.
- d) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.
- e) Todos os itens são corretos.

**21. Analise as duas proposições à luz da doutrina dominante e responda:**

**(I)** De acordo com a Lei de Greve (Lei n.º 7.783/89) o afastamento do empregado por motivo de greve traduz suspensão do contrato de trabalho **SALVO (II)** se a norma coletiva ou laudo arbitral responsável pela cessação da greve dispuser sobre pagamentos de salários e demais vantagens desse período, quando o afastamento será convertido em interrupção.

- a) A primeira proposição está errada e a segunda proposição está correta.
- b) As duas proposições estão corretas e a segunda complementa a primeira.
- c) A primeira proposição está correta e a segunda proposição está errada.
- d) As duas proposições estão corretas, mas a segunda não complementa a primeira.
- e) As duas proposições estão erradas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

### **22. Marque a alternativa CORRETA:**

- a) No Processo do Trabalho, se não houver garantia do juízo por meio da penhora de bens suficientes à garantia do débito, não se inicia a discussão da conta por meio de embargos à execução.
- b) O prazo para a interposição de embargos à execução começa a contar a partir da efetivação da penhora com ciência à parte executada, porém, se houver, no futuro, substituição do bem penhorado por determinação do juízo, então novo prazo para embargos começará a fluir.
- c) Refoge à competência da Justiça do Trabalho decidir controvérsia relacionada à imissão na posse de bem adjudicado em execução trabalhista.
- d) É cabível ação rescisória para impugnar decisão homologatória de arrematação e de adjudicação.
- e) Há bens absolutamente impenhoráveis, como os instrumentos necessários e úteis ao exercício de qualquer profissão.

### **23. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - Em razão da prerrogativa que decorre do mandato sindical, o empregado detentor de estabilidade tem direito líquido e certo, amparável por mandado de segurança, de permanecer trabalhando, a despeito do ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave.

II – No caso da ação civil pública, se a extensão do dano a ser reparado for de âmbito supra-regional, a competência territorial será ou de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado ou de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal.

III – É cabível mandado de segurança para atacar liminar concedida em sede de ação civil pública e não haverá perda do objeto da garantia fundamental acaso a sentença superveniente confirme o conteúdo da providência liminar atacada.

IV – A irrisignação contra o ato da penhora em dinheiro, tanto no caso de execução provisória como definitiva, deve ser manifestada em agravo de petição, cujo cabimento afasta a possibilidade de impetração do mandado de segurança.

- a) Os itens I e II são verdadeiros.
- b) Os itens II e III são verdadeiros.
- c) Os itens III e IV são verdadeiros.
- d) Apenas o item IV é verdadeiro.
- e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**24. Leia as proposições abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I – Não cabe mandado de segurança para atacar ordem judicial de bloqueio de numerário existente em conta salário, à falta de direito líquido e certo do impetrante, nas hipóteses em que haja limitação a determinado percentual do quantum percebido pelo devedor.

II - A exceção de pré-executividade é o instrumento adequado para que o executado possa alegar a existência de vícios fundamentais que afetam o desenvolvimento regular da execução, devendo, para possibilitar sua compatibilidade com o Processo do Trabalho, garantir parcialmente a dívida consolidada em juízo quanto ao valor incontroverso.

III – Determinado trabalhador da Administração Pública Direta foi admitido em janeiro de 1988 sem prévia aprovação em concurso público, e foi enquadrado no regime celetista. No ano subsequente foi eleito dirigente sindical. Depois de dois anos de exercício no cargo, ainda no curso do mandato, foi suspenso de suas atribuições e, ato contínuo, ajuizado inquérito judicial para apuração de falta grave. Quando ainda em curso a ação de inquérito, sobreveio lei transmutando o regime dos trabalhadores de celetista para estatutário. A pretensão expressa no inquérito judicial foi rejeitada por sentença que veio a transitar em julgado. Diante disso, na oportunidade da execução do comando judicial, deverá ser providenciada a reintegração do trabalhador na condição de celetista, acaso não haja opção expressa por regime diverso.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**25. Leia as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I – Os valores definidos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias como sendo de “pequeno valor”, e que por isso mesmo autorizam procedimento diverso da requisição por precatório em execuções contra a Fazenda Pública, podem ser alterados, ainda que para fixar montantes inferiores, por leis locais do respectivo ente federado.

II – Segundo dispõe a Lei dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/2001), são consideradas, em relação à União, obrigações de pequeno valor, e que devem ser solvidas independentemente de precatório, aquelas que não ultrapassarem o equivalente a 60 (sessenta) salários mínimos, cujo adimplemento deverá ser feito no prazo de 60 (sessenta) dias, após o trânsito em julgado da decisão.

III - O não-pagamento de débitos oriundos de sentenças judiciais transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, pode dar ensejo à intervenção federal, que depende, porém, que se afira conduta dolosa e deliberada do ente federado em não proceder ao pagamento.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

**26. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I – A diretoria executiva de determinado sindicato, de acordo com previsão estatutária, possui onze membros, na seguinte ordem: presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, diretor jurídico, diretor sócio-esportivo, diretor de informática, diretor das filiais da região oeste e diretor das filiais da região leste. Considerando que todos são detentores de mandato sindical, em razão de eleições legítimas, a demissão de qualquer deles deverá ser precedida de inquérito judicial para apuração de falta grave.

II - O comum acordo, após a EC 45/2004, é pressuposto específico para o ajuizamento do dissídio coletivo, sendo que para seu atendimento é admitida a figura da concordância tácita na instauração da instância, desde que não haja oposição expressa do suscitado, na contestação.

III – Observando o princípio da *actio nata*, o prazo de prescrição com relação à ação de cumprimento de decisão normativa flui apenas da data de seu trânsito em julgado.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**27. Leia as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I – O prazo para propositura da ação de consignação em pagamento na Justiça do Trabalho é de 10 dias contados da comunicação da demissão do empregado.

II – No caso de empresa integrante do mesmo grupo econômico do empregador, o instrumento jurídico adequado para insurgência contra a penhora de bem de sua propriedade é o embargo de terceiro, após a garantia do juízo.

III - A ação anulatória de cláusula de convenção ou acordo coletivo de trabalho deverá ser proposta pelo Ministério Público do Trabalho, não sendo viável que assim procedam os próprios signatários do instrumento normativo.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

**28. Marque a alternativa CORRETA:**

Contestando o reclamante a assinatura que se lhe atribui em recibo de pagamento apresentado pela reclamada e encerrada a instrução processual sem a produção de outras provas e sem oposição das partes, deverá o juiz quando do julgamento:

- a) porque não desconstituído, considerar válido o documento e provado o fato pertinente.
- b) negar validade ao documento e o desprezá-lo como prova do pagamento.
- c) reabrir a instrução processual e ordenar ao Reclamante provar o que alega, porque seu o ônus correspondente.
- d) suspender o julgamento até enquanto surja algum fato novo capaz de elucidar a questão controvertida.
- e) determinar o desentranhamento do documento, uma vez que cabia à Reclamada o ônus da prova.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**29. Marque a alternativa CORRETA:**

Verificando-se a revelia em reclamação trabalhista que tem como objeto pretensão de adicional de insalubridade, deverá o juiz:

- a) determinar, mesmo de ofício, a produção de prova pericial e só depois apreciar o pedido.
- b) encerrar a instrução processual, porque confessa a reclamada quanto à matéria de fato, e julgar procedente o pedido.
- c) se não requerida a prova pericial pelo autor, encerrar a instrução processual e julgar improcedente o pedido.
- d) se requerida a prova pericial pelo autor, indeferi-la, uma vez que não está adstrito ao laudo e porque vigora no direito processual o princípio do livre convencimento motivado.
- e) realizada a prova pericial, julgar procedente o pedido ainda que o laudo técnico conclua pela inexistência de trabalho insalubre, já que os efeitos da confissão ficta a ele se sobrepõem.

**30. Marque a alternativa CORRETA:**

Em reclamação trabalhista na qual são pleiteados, além do reconhecimento do liame empregatício a partir de 02/05/2008, salários retidos e verbas rescisórias no montante de R\$3.500,00:

- a) não se admitirá prova exclusivamente testemunhal, porque o valor do contrato é inferior ao décuplo do salário mínimo.
- b) não prestará compromisso a testemunha que for parente de qualquer das partes até o segundo grau civil.
- c) se negada a prestação dos serviços, caberá o ônus da prova ao reclamado.
- d) independentemente do valor do contrato, será admissível, mesmo que exclusivamente, a prova testemunhal.
- e) poderá ser oferecida reconvenção em razões finais.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**31. Marque a alternativa CORRETA:**

Iniciada a execução trabalhista e diante da omissão da demandada, depois de citada para tanto, em efetuar o pagamento da dívida no prazo legal ou garantir a execução, requereu o credor a aplicação da multa prevista no art. 475-J do CPC. como deverá proceder o juiz atento e disposto a seguir a jurisprudência predominante, no momento, na Corte Superior do Trabalho sobre o tema:

- a) deferir o pedido, porque as normas do CPC têm aplicação subsidiária no Processo do Trabalho.
- b) indeferir o pedido, uma vez que a CLT tem rito executivo específico e que não contempla tal multa, pelo que inexistente omissão a justificar o socorro do preceito do Direito Processual Comum.
- c) deferir o pedido, uma vez que o ato do devedor importa em oposição maliciosa à execução.
- d) indeferir a pretensão, porque intempestiva, já que o exequente deveria ter se acautelado e requerido na fase cognitiva a incidência da penalidade para o eventual descumprimento da coisa julgada.
- e) deferir o pedido, porque a efetividade do processo se sobrepõe à polêmica sobre a incidência ou não da multa do art. 475-J do CPC na execução trabalhista, até porque os ramos processuais constituem um todo interligado.

**32. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

O recurso adesivo no Processo do Trabalho:

I - não poderá ser manejado quando a parte, mesmo sem ter ciência daquele do litigante contrário, desiste do recurso principal que havia interposto.

II - poderá ser utilizado ainda que a parte já tenha interposto o seu recurso principal.

III - não deverá ser conhecido se embutido em contra-razões.

IV - não deverá ser conhecido se interposto em face do recurso do litisconsorte que figura no mesmo pólo da relação processual.

- a) Apenas os itens I e IV são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I e II são falsos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**33. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

Em relação aos dissídios de alçada:

I - são assim considerados aqueles de valor não excedente ao dobro do salário mínimo no momento em que for proferida a sentença.

II - não cabe recurso da sentença, salvo se versar sobre matéria constitucional, caso em que será dispensável o preparo.

III - quando cabível o recurso, submete-se ao prazo de 05 dias.

IV - cada parte poderá ouvir, no máximo, duas testemunhas.

V - é dispensável o resumo em ata dos depoimentos, bastando a conclusão do Juízo quanto à matéria de fato.

a) V, V, F, F, V.

b) V, F, V, V, V.

c) F, V, F, F, V.

d) F, F, F, V, V.

e) V, V, V, F, F.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**34. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - O Conselho Nacional de Justiça possui legitimidade para fiscalizar, de ofício, os atos administrativos praticados por órgãos do Poder Judiciário.

II - Os atos administrativos que envolvem a aplicação de conceitos indeterminados, como no caso da desídia imputada em processo disciplinar, estão sujeitos ao controle jurisdicional.

III - A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

a) Apenas o item I é falso.

b) Apenas o item II é falso.

c) Apenas o item III é falso.

d) Todos os itens são verdadeiros.

e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**35. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é constitucional lei local que estabelece desconto nos vencimentos de servidores públicos afastados de suas funções por responderem a processo penal, em face da acusação de cometimento de crime funcional, quando prevista a devolução das diferenças, no caso de absolvição.

II - Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional lei estadual que assegure, equiparando, sem distinção, aos servidores das fundações instituídas e mantidas pelo ente federado, inclusive privadas, os mesmos direitos dos servidores das fundações públicas.

III - O princípio da irredutibilidade de vencimentos alcança todos os servidores, inclusive os que não mantêm vínculo efetivo com a Administração Pública, o que inclui o ocupante de cargo em comissão.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item III é falso.
- c) Apenas o item II é falso.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

**36. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I – Serviços de Utilidade Pública são os que a Administração presta diretamente à sociedade, sem possibilidade de delegação a terceiros, por reconhecer sua essencialidade ao funcionamento do Estado, como por exemplo a administração de tributos.

II – Serviço público adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

III – Não se caracteriza como descontinuidade do serviço público a sua interrupção após prévio aviso, quando houver inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

IV - As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos Estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de cinco datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- d) Todos itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**37. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- a) Serviço delegado é aquele transferido por contrato (concessão) ou ato unilateral (permissão ou autorização).
- b) Serviço Público Industrial é o que produz renda para quem os presta, mediante a remuneração da utilidade usada ou consumida.
- c) Serviço centralizado é o que o Poder Público presta por seus próprios órgãos em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade.
- d) Serviço descentralizado é todo aquele que a Administração executa centralizadamente, mas o distribui entre vários órgãos da mesma entidade, para facilitar sua realização e obtenção pelos usuários.
- e) São considerados serviços essenciais, nos termos da lei, distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos, funerários, transporte coletivo, captação e tratamento de esgoto e lixo, telecomunicações e compensação bancária.

**38. Assinale a alternativa INCORRETA:**

As sanções por prática de ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito do infrator são:

- a) perda da função pública.
- b) suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos.
- c) pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- d) proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- e) proibição de receber do Poder Público benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos.

**39. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses.

II - A motivação do ato administrativo pode consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

III - Os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

IV - Os motivos apresentados pelo administrador para justificar o seu ato associam-se à validade do ato e vinculam o agente, porém, se constatada a inexistência dos fatos ou o seu incorreto enquadramento o administrador pode corrigir a sua motivação.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens III e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II e IV são verdadeiros.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**40. Marque a alternativa INCORRETA:**

As agências reguladoras:

- a) têm o seu pessoal regido pela CLT.
- b) ostentam natureza jurídica de autarquia especial.
- c) os seus dirigentes são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.
- d) os seus dirigentes exercem mandato com prazo fixo definido na respectiva lei de criação.
- e) entre as existentes no Brasil figura a ANATEL.

**41. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

A responsabilidade civil do estado à luz do entendimento doutrinário e jurisprudencial majoritários:

I - é de natureza objetiva, com base no risco administrativo.

II - ocorre quando comprovados o dano, a ação administrativa e o nexo de causalidade.

III - admite a investigação da culpa da vítima para que seja atenuada ou mesmo excluída.

IV - é passível de ocorrer, quando resultante de omissão, se ficar demonstrado o descumprimento, pelo Estado, de um dever jurídico de agir.

V - é de natureza subjetiva nos casos de omissão, bastando a ocorrência da chamada culpa anônima.

- a) V, V, F, V, F.
- b) F, V, V, F, V.
- c) V, V, F, F, F.
- d) V, V, V, V, V.
- e) F, V, V, V, V.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

## **DIREITO PENAL**

### **42. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - Não há crime quando o sujeito pratica o ato em estado de necessidade ou em legítima defesa, mas responde pelo excesso culposo ou doloso.

II - O estado de necessidade pode ser alegado por qualquer pessoa.

III - A legítima defesa, pela sua natureza jurídica, deve ser comprovada pelo acusado.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

### **43. Leia o caso hipotético e analise as afirmações seguintes, assinalando a alternativa CORRETA:**

José (47 anos), Severino (32 anos) e Cipriano (61 anos) estavam desempregados em Acari/RN, quando receberam o convite para trabalhar em uma fazenda do interior do Mato Grosso, sob a promessa de que exerceriam a função de vaqueiro, com direito a anotação na CTPS, jornada de 8 (oito) horas diárias, pagamento de salário e fornecimento de residência e alimentação. Chegando ao local, descobriram que, na verdade, trabalhariam em uma carvoaria, sem anotação na CTPS, percebendo remuneração por produção, tendo que pagar ao dono da carvoaria, responsável pelo convite, as despesas do alojamento improvisado e da alimentação precária. Sem condições de retorno ao local de origem, José, Severino e Cipriano se viram obrigados a trabalhar nessas condições.

I – O dono da carvoaria incorreu no crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, em sua forma qualificada.

II – No caso em exame, José, Severino, Cipriano e o Estado são os sujeitos passivos do crime doloso de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional.

III – O caso em exame apresenta características do crime de redução à condição análoga à de escravo, tipificado no Código Penal como crime contra a organização do trabalho.

- a) Estão corretos apenas os itens I e II.
- b) Estão corretos apenas os itens I, e III.
- c) Estão corretos apenas os itens II e III.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Nenhum item está correto.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**44. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

Sobre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz:

I - para determinada corrente doutrinária ambos os institutos penais têm a natureza jurídica de causa pessoal de exclusão de tipicidade.

II - distinguem-se porque a desistência voluntária envolve tentativa inacabada e o arrependimento eficaz tentativa perfeita.

III - uma das vertentes doutrinárias sustenta que apenas a desistência voluntária tem natureza jurídica de causa pessoal de exclusão de tipicidade, uma vez que o arrependimento eficaz encerra causa pessoal de exclusão de punibilidade.

IV - parte da doutrina afirma que ambas as figuras traduzem causa pessoal de exclusão de punibilidade.

- a) Apenas os itens I, II e IV são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Apenas os itens II, III e IV são falsos.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.

**45. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - A fraude utilizada no furto qualificado distingue-se da aplicada no estelionato, sobretudo porque, no segundo caso, há, pelo lesado, livre entrega da coisa ao acusado.

II - O crime de extorsão consuma-se somente com a obtenção da vantagem indevida.

III - É possível que o juiz, na condução da causa, pratique não apenas abuso de autoridade, mas também crimes contra a honra, como injúria e difamação.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**46. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

Em relação à organização da seguridade social:

I - há pluralidade e equivalência dos benefícios e serviços.

II - não há pluralidade, mas equivalência dos benefícios e serviços.

III - há seletividade dos benefícios e serviços.

IV - há gestão quadripartite, sem a participação de aposentados.

a) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.

b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.

c) Apenas os itens I e III são falsos.

d) Todos os itens são verdadeiros.

e) Todos os itens são falsos.

**47. Analise os itens abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - A doença do profissional (tecnopatia) decorre da atividade, da função exercida pelo segurado, da profissão e acompanha o trabalhador enquanto técnico especializado durante toda a sua vida laboral, inclusive em outras empresas. Alcança apenas os obreiros que tenham uma ocupação qualificada, tendo natureza subjetiva.

II - A doença do trabalho (mesopatia) decorrente do meio ambiente laboral, dos instrumentos utilizados, sendo própria de determinadas empresas que exploram a mesma atividade econômica. Alcança obreiros qualificados e sem qualificação laboral porque é objetiva.

III - Não são consideradas como doença do trabalho: doença degenerativa; inerente a grupo etário; a que não produz incapacidade laborativa; doença endêmica adquirida por segurados habitantes de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que resultou da exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

IV - A obrigação prioritária da comunicação do acidente de trabalho é da empresa, subsidiariamente podem efetivá-la: o próprio acidentado, seus dependentes, a entidade sindical competente, o médico que o assistiu ou qualquer autoridade. A comunicação subsidiária exime a empresa do pagamento de multa e demais consequências ainda que esta omissão impeça o acesso à prestação acidentária.

V- O benefício da renda mensal vitalícia não pode ser cumulado com outro benefício concedido pela Seguridade Social.

a) V, V, V, F, V.

b) F, V, F, V, F.

c) F, V, F, F, V.

d) V, F, V, V, F.

e) F, F, V, F, F.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**48. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - É de dez anos o prazo de decadência para o lançamento das contribuições sociais devidas à Previdência Social.

II - Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

III - Deve ser instituída por meio de lei complementar a contribuição social que tenha por base de cálculo os valores pagos a trabalhadores autônomos.

- a) Apenas o item I é verdadeiro.
- b) Apenas o item II é verdadeiro.
- c) Apenas o item III é verdadeiro.
- d) Todos os itens são falsos.
- e) Todos os itens são verdadeiros.

**49. Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa CORRETA:**

I - É vedada a concessão de isenção ou anistia da contribuição social destinada à seguridade social, incidente sobre a receita de concursos de prognósticos, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.

II - As contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

III - O sócio de sociedade limitada responde solidariamente para com os débitos junto à Seguridade Social.

- a) Apenas o item I é falso.
- b) Apenas o item II é falso.
- c) Apenas o item III é falso.
- d) Todos os itens são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO**  
**XV CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**50. Assinale a alternativa CORRETA:**

I - Objetivamente considerada, a universalidade da cobertura diz respeito à reparação das conseqüências das contingências estabelecidas na lei.

II - O princípio da eqüidade na forma de participação do custeio determina regras de custeio diferenciadas de acordo com as condições contributivas, o que possibilita as diferentes alíquotas. É um desdobramento do princípio da igualdade.

III - Subjetivamente considerada a universalidade da cobertura diz respeito à população atendida pela previdência social.

- a) Apenas os itens I e II são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II e III são verdadeiros.
- c) Todos os itens são verdadeiros.
- d) Apenas os itens I e III são verdadeiros.
- e) Todos os itens são falsos.